

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRANA NO TEMPO DE D. JOÃO VI.

BENEDICTO HELOIZ NASCIMENTO

Disciplina: História do Brasil.

A ECONOMIA BRASILEIRANA NA VIRADA DO SÉCULO.

Em 1800, o Brasil possuía uma população de 3 milhões de habitantes, dos quais 500 mil eram índios e um milhão escravos, ocupando somente pequena parcela do território e altamente concentrada em umas poucas capitanias, onde viviam 66,7% da população da Colônia, formando três grandes núcleos distintos de povoamento: "Rio de Janeiro, Minas Gerais", "Bahia" e "Pernambuco". Esses núcleos constituíam-se, através de seus maiores centros urbanos, nos empórios comerciais e mercados consumidores para toda a produção do interior de suas próprias capitanias e de toda a Colônia, a o mesmo tempo que o Pará e Maranhão formavam núcleos secundários de povoamento e de atividade econômica (1).

População do Brasil em 1800.

| Capitania | Número | de Habitantes |
|--------------------|----------|---------------|
| Rio de Janeiro | 380.00 | 0 |
| Minas Gerais | 611.00 | 0 |
| Bahia | 530.00 | 0 |
| Pernambuco | 480.00 | 0 |
| Outras Capitania s | 999.00 | 0 |
| BRASIL | 3.000.00 | 0 |

Fonte: Lemos de Brito: *Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil*, p. 316.

citado em: Lima, H. F., *op. cit.*, p. 122.

(1). — Lima (H. F.), *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1970, pp. 122, 124; Prado Jr. (C.), *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973, p. 101.

O montante dessa população já se equiparava à de Portugal continental (Portugal e Algarve) que possuía, em 1801, 3.011.930 habitantes, sendo que em 1819, com 4.222.000 habitantes ele era 25,14% maior do que a da Metrópole (Portugal, Algarve e Açores), que possuía então cerca de 3.373.000 habitantes (2).

Isso nos permite dizer que, embora ainda pequena, a população brasileira, graças à concentração geográfica de que falamos logo acima, permitia contrabalançar a desproporção entre tamanho de população e de território então verificada, na medida que a maior concentração demográfica naqueles centros e a consequente urbanização o possibilitaria o desenvolvimento de atividades econômicas com grau maior de diferenciação. Isso significaria um aumento da divisão social do trabalho, na medida em que fosse surgindo, condições propícias ao seu desenvolvimento, além do mercado consumidor e de mão-de-obra representado por essa população que, entretanto, sofria da restrição de ser apenas parcialmente livre e de não ser dotada e poder aquisitivo de maior importância. A procura efetiva devia ser portanto não proporcional ao tamanho da população, dependendo também do grau de urbanização atingido, pois os fazendeiros com suas famílias somente adquiririam aquilo que não era possível produzir em suas propriedades, isto é, produtos de luxo, e a massa escravizada vivia em nível de mera subsistência, pouco consumindo. Restava, portanto, a população das cidades, artesãos, funcionários públicos e militares que, embora possuindo baixas rendas, já representava um certo mercado consumidor, que permitiria o desenvolvimento de um artesanato e produção agrícola para uso local.

A atividade econômica estava predominantemente voltada para o comércio externo de produtos tropicais de alto valor mercantil, além dos metais e pedras preciosas. No norte e nordeste produzia-se e açúcar, fumo, arroz, anil, algodão, colhias e cacau e criava-se gado, enquanto que, o centro-sul ainda se dedicava à mineração, além da pecuária. Existia ainda, com o zoneamento secundário, São Paulo, que constituía um zoneamento agrícola e de comunicação com a região pecuária do extremo-sul do país (3).

A produção de ouro já estava em decadência e em fins do século XVIII, passando a ter importância secundária e decrescente no total de produtos que o Brasil exportava para Portugal.

(2). — Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal*, citado em Simonsen, (R. C.), *História Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957, p. 271; Balbi (A.), *Tratado de Geografia Universal*, J. P. Aillaud, Monlon e Cia., Paris, 1858, p. 69.

(3). — Prado Jr. (C.), *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973, p. 102.

Exportação do Brasil para Portugal.

| Produto/Ano | 1796 | 1806 |
|-----------------|------------------------|------------------------|
| Víveres | 5.851:244\$999 | 6.534:278\$705 |
| algodão | 2.201:268\$950 | 3.544:399\$520 |
| ouro | 1.856:094\$380 | 939:979\$626 |
| couro | 738:502\$363 | 2.249:273\$335 |
| tabaco e outros | | |
| artigos | 639:627\$170 | 565:980\$155 |
| drogas | 162:088\$403 | 284:170\$600 |
| madeiras | 26:037\$770 | 35:679\$950 |
| TOTAL | 11.474:864\$035 | 14.153:761\$891 |

Fonte: Balbi, citado em Simonsen (R. C.), *História Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957, pp. 385 e 386.

A maior parte da produção da colônia era constituída pelo açúcar, produto industrializado que representava o maior volume e valor exportado, tendo sido beneficiado pela Revolução Francesa e Guerra na Europa, que possibilitaram agitações político-sociais nas colônias anglo-francesas das Antilhas e principalmente do colapso do Haiti em 1792. A fraqueza da Metrópole resultando, numa política de neutralidade, na medida do possível, iria beneficiar a sua colônia na América. Esta usufruiu de uma posição privilegiada no comércio internacional de produtos tropicais, podendo, além de renovar as suas velhas regiões produtoras, Bahia e Pernambuco, iniciar a produção em grande escala em novas regiões, Campos no Rio de Janeiro e mesmo em São Paulo. Ocorreu uma expansão sem que se tomasse o cuidado de introduzir aperfeiçoamentos, seja na tecnologia da produção do açúcar (isto é, no engenho) seja na lavoura da cana. Isso quer dizer que se continuava a não utilizar adubações e a desperdiçar o bagaço da cana, nem se empregava irrigação, permanecendo o uso da queimada, da enxada e da propulsão animal, além de ainda se conhecer uma única variedade de cana (crioula) (4).

Por outro lado, a revolução industrial e os progressos tecnológicos que atingiram a indústria têxtil inglesa, como o fuso de Arkwright, o tear mecânico de Cartwright e a máquina a vapor, permitindo a grande expansão da indústria têxtil e algodão na Inglaterra, fomentou um crescimento muito grande e rápido do consumo dessa fibra que teve no Brasil (pelomeno no início do processo) um dos seus grandes produtores e exportadores.

(4). — Prad Jr. (C.), *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973, pp. 80, 84 e 88.

Consumo de Algodão na Inglaterra.

| Período Milhõe | s de libras pes o |
|----------------|-------------------|
| 1771/5 4,7 | 6 |
| 1791/5 26,0 | 0 |

Fonte: Prado Jr. (C), *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973, p. 81.

Esses fatos, aliados à rápida percepção, pelos dirigentes da Companhia de Comércio do Maranhão, do fenômeno que ocorria, permitiram que a Colônia e, particularmente as capitânicas do Maranhão e do Ceará, se beneficiasse muito do surto do comércio algodoeiro até ser deslocados por produto melhor localizado e mais eficiente (5). O Brasil iria manter uma exportação crescente de algodão para a Inglaterra até 1802, embora já estivesse perdendo sua posição, com o fornecedor dessa matéria-prima, para os Estados Unidos da América.

Quantidade de Algodão Importado pela Inglaterra.

| Ano/Origem | Brasil | | EE. UU | | Total | |
|------------|--------|-------|--------|-------|--------|--------|
| | sacas | % | sacas | % | sacas | % |
| 1800 | 30593 | 43,00 | 40342 | 57,00 | 70935 | 100,00 |
| 1801 | 37900 | 42,50 | 51447 | 57,50 | 89347 | 100,00 |
| 1802 | 72660 | 41,00 | 105187 | 59,00 | 177847 | 100,00 |
| 1803 | 70263 | 40,50 | 103063 | 59,50 | 173329 | 100,00 |
| 1804 | 45739 | 31,00 | 102174 | 69,00 | 147913 | 100,00 |
| 1805 | 52141 | 30,00 | 122078 | 70,00 | 174219 | 100,00 |
| 1806 | 47802 | 28,00 | 124092 | 72,00 | 171894 | 100,00 |
| 1807 | 18981 | 10,00 | 171267 | 90,00 | 190248 | 100,00 |

Fonte: *Correio Brasiliense*, vol. I, p. 55, Londres 1808, citado em Normano, (J. F.), *Evolução Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945; p. 43.

Essa mesma capacidade de percepção da Companhia de Comércio do Maranhão aliada à Guerra da Independência dos Estados Unidos da América permitiu que se produzisse e produzisse a Capitania a fim de abastecer o mercado sul da Europa, enquanto durasse a incapacidade de seus tradicionais abastecedores. Dessa maneira, o arroz, produzido principalmente no Maranhão, além de, em menores quantidades, no Pará e Rio de Janeiro, chegou a figurar como o segundo produto mais exportado da Colônia. Por outro lado, a cultura

(5). — Furtado (C), *Formação Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1974, pp. 90-92.

do indigo (anil) iria ter sua curta prosperidade encerrada pela concorrência americana, após ter-se chegado a exportar cerca de 5 mil arrobas do produto em 1796 (6). A cultura do fumo teve grande importância na medida em que, além de ser exportado para Portugal, ele era utilizado no comércio de escravos. Figurou nos últimos anos do século XVIII, com o terceiro grande produto de exportação do Brasil, quando perde o segundo lugar para o algodão, sendo cultivado principalmente na Bahia e sul de Minas, com regiões produtoras de menor importância no Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Já o cacau era colhido na Amazônia (Pará) e a erva-mate nas matas do Rio Paraná, enquanto que a exploração do sal era dificultada pelo monopólio da Coroa que procurava defender a produção da Metrópole e existiu até 1801, juntamente com a da pesca da baleia, atividade que iria decair nos últimos anos do século,

"quando baleeiros ingleses e norte-americanos começaram a operar na ilha Falkland, impedindo que as baleias nas suas migrações hibernais chegassem, com o dante seria seu costume, até a costas do Brasil".

Nesse processo, devemos ver, antes de tudo, a incapacidade da Colônia e de Portugal em concorrerem com outros povos em campos que exigisse maior capacidade tecnológica e de organização, o que também quer dizer em atividade que exigisse maior inversão de capital (7).

Embora introduzido no Brasil em 1727 e de ter adquirido importância crescente no mercado internacional no correr do século XVIII, a produção de café será muito pequena ainda nesse período em que a economia brasileira encontra um mercado favorável para alguns dos seus produtos tradicionais, como o açúcar, assim como para o algodão e arroz, após a decadência das minas. Apesar disso, e do fato do sul ter participação marginal nesse movimento de exportação da virada do século, além de que e suas terras e clima seriam mais adequadas à cultura do café, a produção apresenta-se crescente no período. Entretanto a sua exportação só iria a se tornar mais importante a partir de 1816, tendo sido o muito pequena durante o século XVIII, quando o

(6). — Enquanto isso, a Coroa mantinha proibida certa cultura com a da uva e do trigo para não fazerem concorrência com o vinho e a farinha de Metrópole; Lima (H. F.), *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1970, pp. 121 e 129.

(7). — Furtado (C), *op. cit.*, pp. 90-92; Hollanda (S. B.), *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo I, vol. 2, Difel, 1960, p. 465; Prado Jr. (C), *Formação do Brasil Contemporâneo*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1957, pp. 147-149; Prado Jr. (C), *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973, pp. 84 e 104.

Rio de Janeiro exportou apenas cerca de 79 arrobas em 1779, 160 arrobas em 1792 e 8.495 arrobas em 1796, atingindo em 1806, um total de 82.245 arrobas (8).

Exportação de Café da Região Fluminense.

| Ano | Quantidade (arrobas) |
|------|-------------------------|
| 1779 | 79 |
| 1792 | 160 |
| 1796 | 8.495 |
| 1806 | 82.245 |

Fonte: Prad o Jr. (C.), *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973, p. 160.

Stein (S.), *Grandeza e Decadência do Café*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1961, p. 62.

Já vimos que a pecuária era praticada no sertão do Nordeste; no Rio Grande do Sul era principalmente destinada à produção do charque e do couro, enquanto que em Minas Gerais ela estaria mais voltada para a produção de laticínios. No Norte, a Grande Seca de 1791-93 faz com que a zona de criação sertaneja perca seus mercados de charque do litoral setentrional para o similar gaúcho, provocando uma aceleração do crescimento do extremo-sul da Colônia (9).

A maior indústria da Colônia era também a fabricante de seu grande produto de exportação, o açúcar que, na virada do século, estava-se beneficiando das excepcionais condições de mercado que descrevemos acima. Ela possuía duas grandes características que a diferenciavam das outras indústrias, além da importância impar que detinha na economia brasileira e de sua Metrópole. Em primeiro lugar, as empresas que compunham o subsetor eram integradas, isto é, a produção concentrava-se verticalmente, unindo as fases de produção da matéria-prima (a cana), do combustível (a lenha), do beneficiamento da matéria-prima (obtenção do caldo de cana) e da produção do açúcar propriamente dito. Deve-se notar ainda que todo esse processo tendia a ocorrer dentro de uma única unidade produtiva, cuja localiza-

(8). — Prad o Jr. (C.), *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973, pp. 159-160; Simonson (R. C.), *História Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957, p. 375.

(9). — Prad o Jr. (C.), *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973, p. 85; Prad o Jr. (C.), *Formação do Brasil Contemporâneo*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1957, p. 68.

ção não o campo constitui a segunda grande característica da indústria açucareira. Esse fato, de ser uma manufatura rural, contribui, juntamente com a sua distância da separação dos centros populosos e com a precariedade dos meios de transporte, para explicar a presença de toda uma pequena indústria de carpinteiros, ferreiros e outros, bem como, frequentemente a arte de manufatura de panos e vestuários nesse estabelecimentos agro-industriais constituídos pelo s engenho de açúcar, e onde essa arte mecânica e industriais era apenas uma atividade acessória (10).

Essa situação de existência de pequena indústria doméstica entre-gue a escravos hábeis ocorreu também em regiões como Minas Gerais, onde a existência de minérios de ferro de fácil exploração permitiu o aparecimento de uma pequena metalurgia para consumo interno do estabelecimento. Essa tendência a ser acentuada pelo alto preço do ferro e das ferramentas, resultante da dificuldade de transporte e dessa mercadoria que, se ocupava relativamente pouco volume, era de grande peso e dos direitos que tinham de ser pagos por ocasião da sua entrada na Colônia e na capitania. Por outro lado, a atividade mineradora determinava um alto consumo desse produto, que poderia ser o centro de uma manufatura de certo vulto, caso não ocorresse uma oposição do Governo Português, procurando eliminá-lo em benefício do comércio exercido e em torno desse produto, também importado pela Metrópole. Entretanto, a partir de 1795, passou-se a permitir a manufatura de ferro no Brasil que, então, não teria um grande desenvolvimento, em boa parte com o decorrer da própria perseguição anterior e do fato da mineração já estar em decadência. O principal mercado do seu produto havia diminuído e ainda estava em plena fase de redução nas suas compras, constituindo uma situação que era agravada pela remoção dos impostos de importação do ferro, ocorrido também em 1795 (11).

(10). — Prad o Jr. (C), *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973, pp. 105-106.

(11). — "Quanto à indústria do ferro, não ficou ela atrás na perseguição que lhe moveu a administração colonial. Favorecia-a em certas regiões de Minas Gerais não só a abundância de minérios muito ricos e facilmente exploráveis, como o alto preço do ferro e das ferramentas, onerados como estavam por direitos elevadíssimo de entrada no país e na capitania, bem como pela dificuldade de transporte da mercadoria. Toda essa circunstâncias muito estimulavam a indústria, proporcionando-lhe bastantes perspectivas; o consumo de ferro na mineração era avultado. E não fosse a tenaz oposição oficial, ela teria com certeza tomado algum vulto. Mas esta foi tremenda; o simples fato de saber fundir o metal era suficiente para tornar algum suspeito de idéias extremadas e subversivas, sujeitando a vítima a toda sorte de perseguições. Temia-se a concorrência numa mercadoria, que embora não fosse natural do Reino, dava grandes lucros ao seu comércio; e também a sempre temida independência econômica da Colônia, prelúdio da política.

As manufaturas têxteis que aparecera na segunda metade do século XVIII em Minas Gerais e na cidade do Rio de Janeiro não tiveram continuidade e na medida em que o Alvará de 5/1/1785 apenas permitia a existência na Colônia a manufatura de pano grosso de algodão que se empregava na confecção de roupas de escravo e sacos. O ofício de ourives também foi proibido, em 1751 em Minas Gerais e em 1766 na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, a fim de diminuir as possibilidades de contrabando (12).

Durante o governo de Pombal (1750/1777), e um pouco no de seus sucessores, procurou-se acelerar o desenvolvimento da exploração de madeiras e construção de navios no Brasil, pretendendo a restauração naval portuguesa. Em 1779, A. F. Andrada notou a entrada no Tejo de oito a dez navios novos de 500, 1100 e 1150 toneladas, fabricados em estaleiros particulares da Bahia, numa época em que o arsenal régio permanecia inativo desde 1763. Todavia, em 1781, J. S. Lisboa constatava a construção de somente três a quatro navios na Bahia, o que e poderia traduzir uma redução na atividade desse setor, sendo que, segundo C. Prado Jr., a indústria não se formou por falta de técnica e organização eficientes, mantendo-se estaionária após esse primeiro surto (13).

Outras atividades manufatureiras, existentes de modo geral em todo o território da Colônia, seria metalurgia (para a produção de telhas), caieiras (cal), cerâmica (em 1781, J. S. Lisboa refere-se à existência, na Bahia, de uma boa fábrica de louça grossa), cortumes, cordoaria, de preparação de anil, confecção de móveis, construção ci-

A metalurgia foi entretanto a mais feliz que a manufatura de tecidos, e beneficiou-se antes desta aragem de liberalismo e maior clarividência nos assuntos coloniais que começou a soprar na Metrópole desde os últimos anos do século XVIII. Já em 1795 permitiu francamente o governo o estabelecimento das manufaturas de ferro. Mas depois de sofrer tamanha perseguição, não era de esperar um surto de grandes proporções". Prado Jr. (C.), *Formação do Brasil Contemporâneo*, Editor a Brasiliense, São Paulo, 1957, pp. 223-224.

(12). — Prado Jr. (C.), *História Econômica do Brasil*, Editor a Brasiliense, São Paulo, 1973, p. 108.

(13). — Prado Jr. (C.), *História Econômica do Brasil*, Editor a Brasiliense, São Paulo, 1973, pp. 103-104; Luz (N. V.), *A Política de D. João VI e a Primeira Tentativa de Industrialização no Brasil*, III Simpósio dos Professores Universitários de História (Franca) São Paulo, 1967, pp. 489-490.

Entretanto, se me especificar-se para a construção ou reparos, Níci a Vilela a Luz alega que:

"Cunha Mato se me discursou pronunciado em 1826 referia-se aos grandes estaleiros que existiram no Pará, em Alagoas e em toda a costa que se estende de Olinda a Recife. Diz ainda que em Itapagipe, em 1797, contavam-se nos estaleiros 20 navios".

Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Senhores Deputados, sessão em 8-6-1826, I (Rio de Janeiro 1874) p. 74, citado in Luz (N. V.), *op. cit.*, p. 490.

vil, fundição de ouro, produção de óleo de baleia. Nessas atividades, entretanto, utilizavam-se e técnicas antiquadas, não o estado dos estabelecimentos existentes e em condições de abastecerem todo o mercado interno (14). Mercado esse que, também se constituía num fator de limitação do desenvolvimento da Colônia, devido ao seu reduzido tamanho e ao fato dos proprietários rurais poderem obter, quase tudo de que necessitavam, em suas propriedades. Tinhamos, portanto, uma situação em que a repartição de renda era extremamente desigual, uma classe rica que dispunha de produção própria para quase tudo o que consumia, exceto, naturalmente, mercadorias de luxo.

A escassez de capitais era crônica, pois grande parte do resultado do trabalho feito na Colônia era apropriado pela Metrópole, que cobrava impostos muito elevados, mantinha monopólios e proibia o desenvolvimento de certos setores, obrigando, ainda, regresso à Corte daquelas pessoas que acumulassem certa fortuna. O progresso técnico também era freado pela lei e medida desestimuladora imposta pela Metrópole; pelo atraso cultural da Colônia, onde, por exemplo, não havia escolas superiores e pela existência de mão-de-obra escrava abundante, barata e segura, desestimulando o uso de máquinas ou outras inovações poupadoras de mão-de-obra.

Os transportes eram feitos por mar, ou então, no interior, utilizando-se trechos navegáveis dos rios que podia normalmente suportar embarcações de pequeno calado. As estradas não passavam de veredas, sendo que nelas o transporte era feito em lombo de burro (troças de burro).

Apesar dessas condições desfavoráveis, o Brasil havia atingido, na virada do século, uma posição de grande importância dentro do Império Português. Era seu Estado mais rico e de maiores potencialidades, o que podemos ver, também, através do Balanço de Comércio do Brasil com Portugal, que só se apresenta deficitário para o Brasil em três anos, no período 1796/1807.

Brasil: Comércio Exterior.
(em mil réis).

| Ano | Exportação | Importação | Saldo |
|------|--------------|--------------|----------------|
| 1796 | 11.474:900\$ | 6.982:000\$ | 4.492:800\$ |
| 1797 | 4.258:800\$ | 8.525:600\$ | — 4.266:800 \$ |
| 1798 | 10.816:400\$ | 10.668:000\$ | 148:400\$ |
| 1799 | 12.584:400\$ | 15.800:800\$ | — 3.216:400 \$ |
| 1800 | 12.528:000\$ | 9.432:000\$ | 3.096:000\$ |
| 1801 | 14.776:400\$ | 10.680:000\$ | 4.096:400\$ |

(14). — Luz (N. V.), *op. cit.*, p. 490; Lima (H. F.), *op. cit.*, p. 120.

| | | | |
|------|--------------|--------------|-------------|
| 1802 | 10.353:200\$ | 10.151:600\$ | 201:600\$ |
| 1803 | 11.332:000\$ | 9.928:400\$ | 1.403:600\$ |
| 1804 | 11.199:600\$ | 11.383:200\$ | — 183:600\$ |
| 1805 | 13.948:400\$ | 9.505:200\$ | 4.443:200\$ |
| 1806 | 14.153:800\$ | 8.426:600\$ | 5.727:600\$ |
| 1807 | 13.927:600\$ | 6.952:800\$ | 6.974:800\$ |

Fonte: Balbi, in Simonsen (R. C.), *História Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957, p. 455.

Por outro lado, as importações provenientes do Brasil representavam, em 1796, 85,50% do total importado por Portugal e todas as suas possessões, porcentagem que, em 1806, passa para 87,84%, indicando a crescente importância da Colônia americana no Império Português.

Importações de Portugal, vindas de suas Possessões.

| Possessão/Ano | 1796 | | 1806 | |
|------------------|------------------------|---------------|------------------------|---------------|
| | (mil réis) | % | (mil réis) | % |
| Brasil | 11.474:864\$035 | 85,50 | 14.153:761\$891 | 87,84 |
| Ásia | 1.667:063\$372 | 12,47 | 1.794:679\$145 | 11,20 |
| África | 25:288\$250 | 0,19 | 37:509\$200 | 0,23 |
| Madeira e Açores | 246:049\$485 | 1,84 | 118:016\$014 | 0,73 |
| TOTAL | 13.413:265\$142 | 100,00 | 16.103:966\$250 | 100,00 |

Fonte: Balbi, citado in Simonsen (R. C.), *op. cit.*, pp. 385-386.

Observamos que na virada do século, e portanto no período imediatamente anterior à chegada da Família Real Portuguesa, a economia brasileira gozava de relativo progresso, proporcionado em boa parte pelas condições favoráveis da conjuntura internacional e que já enumeramos acima. A Colônia parecia reunir condições favoráveis para a continuação desse "desenvolvimento", dependendo o ritmo e o sentido dessa evolução da situação política e da sensibilidade e oportunidade e da capacidade do novo governo e em correspondência ou afogar a vontade de desenvolver, isto é, a consciência da possibilidade e necessidade de industrializar e tornar a economia do Brasil mais rica. Vontade que já se manifestava na República idealizada pelos Inconfidentes Mineiros, onde as manufaturas constituiriam peças de importância capital da nova ordem a ser instaurada (15). Por outro lado, verificamos acima que um novo produto de exportação já começava a ganhar

(15). — Luz (N. V.), *As Tentativas de Industrialização no Brasil*, in Hollanda (S. B.), *História Geral da Civilização Brasileira*, tom II, volume 4, p. 28.

importância, embora ainda não fosse possível prever o papel que iria desempenhar no contexto econômico brasileiro.

Devemos, contudo, notar que a percepção da existência de controles excessivos impostos pela Metrópole e o reger a economia brasileira, da pujança dessa economia face àquela de Portugal, conduziria a uma tomada de consciência da necessidade de autonomia e mesmo de desenvolver o país. Entretanto, esse processo iria materializar-se, doutrinária e praticamente através do liberalismo que começava então a dominar o cenário político-econômico mundial. Esse fato e dos tratados com a Inglaterra, decorreriam a incapacidade dos Governos em adotar medidas de proteção e incentivo, coerentes e duradouras, para o desenvolvimento econômico do Brasil. Isso vai ocorrer, inclusive no Governo de D. João VI, cujas medidas destinadas a dotar o país de condições mínimas para adaptar a Colônia à nova situação de sede do Império Português, iria momentaneamente e, de certa forma, satisfazer àqueles anseios de liberdade e autonomia para progredir.

D. JOÃO VI NO BRASIL.

No início do século XIX, o Governo Português, encontrando-se diante da necessidade de optar entre uma aliança com a Inglaterra e a consequente perda do território europeu, sede política do Império, ou uma aliança com a França e perda das Colônias, inclusive do Brasil, opta pela primeira e transfere a sede do Império para sua colônia mais rica e seu centro econômico. Dessa maneira teria sido eliminado o desajuste que se formava pela separação no espaço do centro político e de decisões do núcleo de concentração das forças produtivas que sustentavam a economia e finanças da nação. Eliminava-se, então, pelo menos temporariamente, uma situação geradora de tensões que, sendo aceleradas fatalmente culminariam com a independência da América Portuguesa. Independência que lhe daria a autonomia necessária para a continuação do desenvolvimento das forças produtivas de forma mais harmônica e de acordo com as condições e interesses locais.

Dessa maneira, a transferência da sede do Governo e as consequentes medidas para dotar o Brasil de uma infra-estrutura, mais adequada e necessária ao desempenho do seu novo papel, proporcionando um certo desenvolvimento daquelas forças, constituiu-se e num espécie de válvula de escape que simultaneamente permitiu a o domínio português ser prolongado no tempo, e num freio retardado do progresso da economia brasileira. Freio que passaria a funcionar num período seguinte quando as mesmas medidas e indecisões do Governo de D. João VI provocaram o fracasso do desenvolvimento das manufaturas e o tratado com a Grã-Bretanha sufocaram as forças produtivas da terra.

Para um melhor e maior entendimento passaremos à análise da política econômica de D. João VI no Brasil. Nesse sentido, seu primeiro ato consistiu na abertura dos portos, obviamente às nações amigas. Já na

"Convenção Secreta de 22-10-1807, os ingleses tentaram obter, caso os portos portugueses (na Europa) fossem fechados, a abertura de um porto na ilha de Santa Catarina ou outro ponto do Brasil, para a importação de mercadorias de seu país. Essa pretensão, contudo, não foi no momento atendida pelo Príncipe, que deixou o assunto para ser retomado quando esse e a Corte chegasssem ao Brasil" (16).

Isso tudo naturalmente refletiu a mais a indecisão do Regente de Portugal e em parte na medida em que ainda pensava em manter o *statu quo*, não precisando optar pela perda da parte mais vulnerável e dispensável de seus domínios. Essa situação iria ser resolvida somente pelo próprio Napoleão I ao anunciar a sua intenção de não manter no trono de Portugal a dinastia reinante (17). Dessa maneira e com o auxílio da Marinha Britânica, a Família Real e a máquina administrativa portuguesa foram transferidas para o Brasil, onde o Príncipe iria decretar, em 28/1/1808, ainda na Bahia, em seu oitavo dia no Brasil, a abertura dos portos ao comércio internacional. Propiciava assim, a continuação das atividades econômicas de exportação da Colônia e a arrecadação de recursos para o Tesouro Real, que tinha nas taxas de Alfândega uma importante fonte de renda. Ao mesmo tempo, mais do que satisfazia os ingleses nas suas pretensões de comerciar diretamente com a Colônia, justamente num período em que a Grã-Bretanha se constituía, praticamente, na única nação passível de se aproveitar desse comércio que iria se constituir num a válvula de escape para os estoques formados em decorrência do "bloqueio continental". Ainda em 1808 chegara ao Rio de Janeiro 90 navios estrangeiros, sendo que em 1810 constatou-se a passagem de 422 navios portugueses e estrangeiros nessa cidade, que em setembro de 1808 possuía 100 firmas inglesas. O porto do Rio ficou congestionado de mercadorias que inundaram um mercado que se revelou acanhado, conduzindo os comerciantes a venderem a preços reduzidos por vezes de 50%. Isso, se criou uma situação favorável à difusão desses produtos, além de acarretar prejuízos aos comerciantes ingleses, naturalmente contribuiu para prejudicar as incipientes e, por vezes tímidas, iniciativas do Príncipe para a formação de manufaturas e crescimento da Colônia. Portanto, numa segunda fase, essa situação favorecia ain-

(16). — Manchester (A. K.), *Preeminência Inglesa no Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973, p. 69.

(17). — Manchester (A. K.), *op. cit.*, pp. 69-70.

da os britânicos, na medida em que divulgou os produtos de um grupo de comerciantes que, em meados de 1809, já se tinham tornado "senhores" da alfândega, forçando a eliminação de "exigências, abusos e insuficiências" da alfândega propriamente dita e operação do por - to (18).

Portugal auferiu a grande renda da sua situação de entreposto comercial entre as suas colônias e os países europeus mais desenvolvidos, cobrando imposto elevado sobre artigos de exportação e produtos levados para a Metrópole. O imposto pago sobre todo o comércio brasileiro atingiam um nível de 150% *ad valorem*, sem considerar os alugueis ou valores das terras do Brasil, salários, os monopólios de diamantes e rapé, direitos de transporte, juros de capital e emolumentos das instituições oficiais deste país (19).

Isso nos permite dizer que, uma vez eliminado o entreposto, pela ocupação francesa, e transformada a Colônia americana em sede do Governo, assim como se tornou necessária a abertura dos portos, deixou de ter sentido a proibição de manufaturas no país. Dessa maneira podemos compreender o Alvará de 1/4/1808, revogando todas as proibições ao estabelecimento de manufaturas no Brasil justificado no seu texto pelo

"desejo de promover e adiantar a riqueza nacional, empregar mão-de-obra ociosa, valorizar os produtos da agricultura e aumentar a população" (20).

(18). — Manchester (A. K.), *op. cit.*, p. 78; Pantaleão (O.), *A Presença Inglesa*, in Holland (S. B.), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, vol. I, Difel, São Paulo, 1962, pp. 74-76.

(19). — "O valor das Colônias para Portugal proveio, não como devera, do consumo de seus artigos manufaturados, do emprego da sua mão-de-obra e da navegação, mas sim do pesadíssimo imposto lançado pela mãe-pátria sobre os artigos exportados e sobre o ouro, a prata, pedras preciosas, açúcar, peles, anil e outros produtos que eram levados para a Metrópole, habilitando assim a nação a que mantivesse o comércio com alguns países europeus, a África, a Índia e China. Se considerarmos os impostos pagos por todos os ramos do comércio brasileiro, verificaremos que ele ascendia a cento e cinquenta libras por cento de imposto diretos, isto é, para cada cem libras que Portugal mandava para fora em materiais e trabalho, ele recebia de volta duzentos e cinquenta, fora os direitos de transporte e juro de capital, sem estimar os alugueis ou valores das terras do Brasil, salários, nem tão pouco os monopólios reais de diamantes, madeira do Brasil e rapé, sem computar, igualmente, o emolumento das instituições oficiais nas colônias americanas. Nada melhor do que isso poderá demonstrar a sabedoria do Governo e em mudar-se de Portugal para o Brasil, num momento em que os sucessos políticos ameaçavam a imediata e definitiva separação de ambas as nações"; Luccock (John), *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*, Livraria Martins, São Paulo, 1942, pp. 381-382.

(20). — Alvará de 1-4-1808.

Alem disso havia a necessidade de dotar a Colônia de uma infraestrutura mínima que lhe permitisse ser usada (embor a provisoriamente) com o sede do Governo Português. Constituindo uma situação que determinava por si própria a promoção das forças produtivas locais, também necessárias por razões militares que exigiam a instalação e/ou desenvolvimento da construção naval, fabricação de pólvora, de ferro e armas. Daí resultando medida de incentivo à produção manufatureira como o Alvará de 28/4/1809, que concedia isenção de direitos aduaneiros para a importação de matérias-primas destinadas à s fábricas nacionais, e de imposto de exportação para produtos manufaturados no país. Estabelecia, também, o referido Alvará, a utilização de artigos nacionais no fardamento das tropas reais; concedia privilégios exclusivos, por 14 anos, aos inventores ou introdutores de novas máquinas; alem de determinar a distribuição anual de 60 mil cruzados, produtos de uma loteria do Estado, à s manufaturas que necessitassem de auxílio, particularmente as de lã, algodão, seda, ferro e aço (21).

Uma vez chegada ao Brasil e já antevendo a longa estadia na Colônia, D. João VI iria dar início a um programa de atividades que viviam principal e prioritariamente dotar o país daquilo que hoje chamaríamos uma infra-estrutura administrativa e de segurança, o que era imprescindível e urgente, uma vez que o país, embor a não estivesse diretamente ameaçado, estava em estado de beligerância com a França e seus aliados. Dentro desse espírito, teria sido decretados os dois alvarás que descrevemos acima, alem de outras medidas de caráter estritamente administrativo e financeiro. Um bom exemplo no seria fornecido pela criação do Banco do Brasil, através do Alvará de 12/10/1808, gerando uma instituição que veio ocupar e manejar a mais ampla e efetiva um lugar que, entretanto, os coloniais já procuravam, embor a timidamente, preencher na medida em que tinham criado um estabelecimento bancário antes da vinda da Corte. Este último teria sido formado pelos negociantes mais importantes da época, que forneceram o capital, assegurando-se e em caução recíproca se, que funcionaria sob a gerência de uma comissão devidamente escolhida pelos signatários das cações. Ele prosperou rapidamente, logo deixando de atuar como instituição privativa dos associados, passando a ser utilizada, na medida em que conquistava a sua confiança, também pelo público de negócios, e em geral, sendo, mais tarde, ampliada pela anexação de uma Companhia de Seguros (22). Entretanto, o novo

(21). — Luz (N. V.), *O Industrialismo e o Desenvolvimento Econômico do Brasil 1808-1920*, "Revista de História", n.º 56, p. 273.

(22). — "Já antes da vinda do rei se fazia necessária a fundação de um Banco. Para o importante movimento de negócios não se acharia nem a meta-de em valor-moeda, mesmo quando todos os capitalistas da província contribuissem com o s seus pecúlios. Por essa razão, reuniram-se diversos negociantes

banco de depósito e emissão organizado pelo Príncipe começou a funcionar em dezembro de 1809, após uma difícil e morosa subscrição de ações pelo público, viria a se constituir em instrumento exclusivo da manutenção da Corte, e em vez de funcionar com um a perspectiva mais ampla e útil, com o organismo financeiro e estímulo da economia (agricultura, indústria e comércio) promovendo o desenvolvimento das forças produtivas do país, o qual lhe daria de volta recursos e capacidade para enfrentar e talvez evitar as crises que o atingiram em 1817, 1818, abril e julho de 1821 (23). Poderemos então dizer que o caráter dado aos atos do Príncipe Regente conduziu ao desvirtuamento das finalidades verdadeiras e ideais do primeiro Banco do Brasil, na medida em que seus recursos eram empregados em consumo, quando deveria estar, de maneira e em quantidade e significativas, sendo investidos, isto é, empregados no processo produtivo.

A construção naval foi uma atividade já existente na Colônia e, amplamente estimulada pelo Príncipe. Em 1800, ele já recomendava a construção de navios mercantes no Brasil, esposando um a orientação que seria acentuada durante a sua permanência no país, quando interessado no desenvolvimento do setor, através do alvará de 28/4/1809, isentando a metade dos direitos alfandegários estabelecidos, todos os gêneros e matérias primas destinados à construção de navios. Entretanto, o Governo Português no Brasil estava mais preocupado com os problemas de segurança e defesa nacionais, além do revigoreamento do Império. Isso não nos permitiu a salientação de seu interesse pela criação antes de uma marinha de guerra que mercante e pela preocupação com a garantia de abastecimento de bens intermediários e matérias-primas, o que implicava na necessidade do estabelecimento de indústrias subsidiárias com o de cordoaria, de cobre e de ferro (24).

mais consideráveis, contribuindo cada qual com a sua quota, proporcionando o capital e asseguraram-se com a caução recíprocas.

Sob a gerência de uma Comissão expressamente escolhida pelos fundadores começou a prosperar a empresa, que era, apenas uma instituição particular e o crédito, que a princípio só valia entre os fundadores, espalhou-se por todo o público de negócios. É muito possível que o total da subscrição do Banco com essa oportunidade e se fosse avultando pouco a pouco, sem se dar suplemento de capital. Mais tarde, quando os negócios tomaram progressos notáveis, anexou-se ao Banco uma Companhia de Seguros, arrendamento de monopólios da Coroa, etc. e gozo da instituição de tão grande confiança no manejo dos negócios, sem interferência de estranhos, que muitos funcionários do Estado depositaram no Banco uma parte de seus salários, e os ricos fazendeiros do interior do país remeteram seus capitais ao Rio, a fim de depositá-los ali para os filhos, com o mais segura parte de sua fortuna"; Spi x. (J. B.) & Martius (C. F. P.), *Viagem pelo Brasil*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938, 1º volume, p. 122.

(23). — Lima (H. F.), *op. cit.*, pp. 149 e 150.

(24). — Ver Luz (N. V.), *A Política de D. João VI e a Primeira Tentativa de Industrialização no Brasil*, "III Simpósio dos Professores Universitários de História", São Paulo, 1967, p. 490.

Estas últimas, por sua vez, necessitando de mercado protegido para se desenvolver, traria à luz um exemplo de incoerência e instabilidade das ações da política econômica portuguesa e das limitações que o soberano devia sofrer em sua liberdade de manobra. Dentro dessa política é organizado o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro que, fundado no século XVIII, tinha funções muito diversificadas, que iam da construção naval ao fornecimento de água aos navios ancorados, passando inclusive pela função de corpo de bombeiros da capital da Colônia. Naturalmente suas instalações eram bastante deficientes, obrigando o Príncipe, inicialmente, a mandar criar ferraria, cordoaria, oficina de carpintaria de machado, oficina de calafate, tendo-se, mais tarde, em 1810/12 montado oficina de funileiros e de vidraceiro. Em 1815, havia 125 operários nesse arsenal, que durante a permanência de D. João VI no Brasil, não chegou a construir nenhum navio, devido às deficiências de mão-de-obra e de material, limitando-se a atividades de conserto.

Dessa maneira, a construção de navios, e mesmo de embarcações pequenas, continuava a ser feita, como antes da vinda do Príncipe Regente, pelos estaleiros particulares existentes no país (25).

De acordo com a importância dada ao problema da segurança e defesa do país, e à própria necessidade de desenvolvimento do poderio militar de modo geral, seria natural que o Governo procurasse estimular a produção siderúrgica local, o que, de certa maneira, e como já vimos acima, já vinha ocorrendo de um modo um tanto indeciso e incoerente, desde 27/5/1795. Contudo, nessa data, foram abolidos os impostos sobre a importação de ferro, produto que pagava, por unidade de peso, taxas iguais à da seda, que contribuíam, juntamente com

(25). — Lima (H. F.), *op. cit.*, pp. 152-155.

John Luccock, um estrangeiro contemporâneo, descreve o Arsenal com o "um pequeno prédio ao pé do morro de São Bento, com a frente toda muito exposta por estar inteiramente aberta para o mar. Consiste de um a o u duas oficinas miseráveis e de um correr de telheiros, sob os quais se vêem uns poucos botes emborcados, e onde se pode consertar um mastro".

"Embora exista próximo da alfândega um pequeno lugar cheio de blusas, redes e lanternas, não há quantidade suficiente desses artigos para suprir um a fragata nem tão pouco o poder á esse diminuto armazém servir de impedimento à conclusão geral de que é difícil haver colônia mais destituída que esta de todos os artigos que são essenciais à prosperidade e náutica".

O mesmo autor ainda nos diz que... "Aqui não existe meio de repará-las (três navios velhos da armada portuguesa), nem docas, nem diques, nem mpano, nem tão pouco qualque meio de obtê-los. Os carpinteiros navais são escassos, havendo também grande deficiência de marinheiros. Até os navios mercantes não conseguem material quando del e necessitam e muito menos um a esquadra de transporte ou navios de guerra". Luccock (John), *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*, Livraria Martins, São Paulo, 1942, p. 58.

as dificuldades de transporte, para quem quintal (58,982 kg) de ferro custasse cerca de 3\$800 em Portugal, 19\$200 em Minas Gerais e 28\$800 em Goiás e Mato Grosso (26). Isso constituía um fator de incoerência com o estabelecimento da liberdade de explorar minas e produzir ferro e instrumentos de metal no Brasil. A essas medidas ainda foi acrescentada uma terceira que impunha uma tarifa a ser paga pelas manufaturas de ferro e, mesmo assim, ficaram as "autoridades" espantadas com o fato de não terem obtido com o respos a um grande surto na produção de ferro no país. Não tomavam elas próprias a consciência de que estava introduzindo ante s dificuldades que facilitavam o mercado e protegiam a produção, na medida que eliminavam o mercado e protegiam a indústria ainda por existir. Além disso, não se cuidou seja da abertura de estradas, seja de canais através dos quais o produto pudesse ser transportado aos centros de consumo de todo o país, o que permitiria a instalação e funcionamento de fábricas de maior porte, isto é, das usinas grandes recomendadas, juntamente com a construção de canais e estradas, por Vieira Couto em 1799. Ainda assim, graças à s dificuldades de transporte, em Minas Gerais, começou-se a produzir, usando-se e processo s rudimentares, conhecido s pelo s escravos e m sua terra de origem, algum ferro e objetos com o facas e tesouras. Retomou-se, portanto, e em condições menos favorecidas, pois o ferro importado (e produzido fora do s Domínios Portugueses) estava livre do s altos impostos que agora teriam de ser pagos pelo s manufatureiros locais de ferro e/ou produtos de metal, a fim de que o montante do s impostos arrecadados não diminuísse, o caminho interrompido com a perseguição que a administração colonial moveu contra essa manufatura ante s de 1795 (27).

Uma vez no Brasil, D. João, continuando sua política de expedientes se madotar quaisquer medidas complementares com o proteção de mercado e facilidade de transporte (construção de estradas), ordena a construção de uma fábrica de ferro. Reservou, para isso, a importância de 14:000\$000, que o Intendente Geral das Minas e Dia-

(26). — Azeredo Coutinho (J. J. da Cunha), *Obras Econômicas*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1966, p. 199.

(27). — Prado Jr. (C.), *Formação do Brasil Contemporâneo*, Editor a Brasiliense, São Paulo, 1957, pp. 223-224; Lima (H. F.), *op. cit.*, pp. 156-158; Simonsen (R. C.), *História Econômica do Brasil*, p. 444.

Outros tipos de impecilhos sofriam os produtores de ferro, como por exemplo o da limitação do ganho, o que obviamente afetava a acumulação de capital e o desenvolvimento da indústria por nascer. Diss o constitui um exemplo a Carta Régia de 19-8-1799 que "ordenava ao Governador da Capitania Paulista, Bernardo José de Lorena, que instalasse, em local adequado, uma fábrica de ferro, a expensas da Fazenda Real, e que o ferro produzido fosse vendido com 10% apenas acima do seu custo". Simonsen (R. C.), *História Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957, p. 446.

mantes (Câmara) deveriam separar da renda obtida pela Fazenda Real com a extração de diamantes e que na época atingia a 120:000\$000 anuais. Aqueles 14 contos de réis, que seriam fornecidos parceladamente durante um período de três anos, foram utilizados pelo Intendente Câmara, que em abril de 1809 iniciou as obras da Fábrica que começou a produzir em 1815 (28). Entre 1815 e 1821 foram produzidas 6865 arrobas e 7 libras de ferro, gerando uma renda de 13:730\$000, enquanto que os custos totais atingiram 44:284\$000, do que resultou um prejuízo que, juntamente com a falta de ajuda pública, fez com que a fábrica entrasse num processo de rápida degeneração, a partir da demissão de Câmara, e em abril de 1822, tal que, em 1825, já não estava produzindo, tendo os seus móveis, utensílios e semoventes sido leiloados em 1831 (29). O prejuízo ocorrido na Fábrica de Pilar, no período 1815/1821, poderia ser atribuído a uma baixa no preço do ferro, que em Minas Gerais havia caído de 19\$200 a arroba em torno de 1795 (8\$400 em 1801) a 2\$000 no período 1815/21, quando verificamos que um preço de 6\$450 por arroba permitiria à Fábrica apenas cobrir seus custos de produção (30). Isso naturalmente viria a colocar em segundo plano, com o fator secundário da falta de sucesso da empresa, o pequeno consumo e a falta de infraestrutura de transporte, colocando em destaque a ausência de mercado protegido, de apoio e subvenção governamental suficiente. A subvenção foi feita aos consumidores na medida em que eles deixaram de pagar 7\$500 por arroba de ferro importado, comprando o nacional a 2\$000 por arroba, o que naturalmente fez com que a fábrica de Pilar operasse com prejuízo e se tornasse inviável. Isso em parte também se devia à concorrência de pequenos produtores que, aumentando a oferta, forçaram uma baixa no preço do produto, prejudicando a empresa de maior porte, que tinha custos iniciais de produção maiores, devido à necessidade de amortização do equipamento, além do problema de treinamento e adaptação da mão-de-obra ao processo mais sofisticado

(28). — Decisão 41, de 10-10-1808, do Príncipe Regente, citada em Mendonça (M. C.), *O Intendente Câmara*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1958, p. 146.

(29). — Eschewege (W. L.), *Pluto Brasiliensis*, vol. II, pp. 358-359; Mendonça (M. C.), *op. cit.*, pp. 216-217.

Para essa situação também teria contribuído a falta de pessoal convenientemente habilitado. "Do 14 mestre e artífice pedidos por Câmara, em 1815, para a fábrica do Pilar, somente dois eram enviados, os fundidores Utsch, pai e filho, sendo os demais componentes da turma vinda da Alemanha, mandados para a fábrica de Ipanema...". "Mas os Utschs, pai e filho, não possuíam conhecimentos metalúrgicos, nem entendia m d e fundição e m forno altos". Mendonça (M. C.), *op. cit.*, p. 216.

(30). — Eschewege (W. L.), *op. cit.*, vol. II, pp. 358-359.

de produção, um a vez que não se conseguiu a trazer-l a do exterior n a quantidade e qualificaçã o necessária s (31) .

Em 1810, após ter apresentado, po r incumbênci a recebida do go- verno, um plan o par a a construçã o d e um a fábric a d e ferro e m Ipa- nema, n a Província de São Paulo, Varnhagen, assi m como se u plano, foram deslocado s po r um grup o suec o chefiad o po r Hedber g (32) . Este, assi m como outros doze membros do grupo, não era técnico metalúrgico, resultand o e m fracass o a s sua s tentativa s d e produzi r ferr o em Ipanema. Dess a maneira, Varnhagen, e m 1815, assum e a direçã o da fábric a onde o s suco s já havia m gast o cerc a d e 120:000\$000 , at é 1814, par a produzi r apena s 20 0 arroba s d e ferr o d e m á qualidad e (33). Após a saída de Hedberg, e até a retirada de Varnhagen, foram gastos n a fábric a cerc a d e 100:350\$479 , tend o sid o produzida s ness e período (1815-1821) 16.08 5 arroba s d e ferr o e m barras, 18.08 7 arrobas d e ferr o gus a e 12.58 9 arroba s d e obra s fundida s (diversos) totalizand o um a som a d e 73:061\$30 7 (34) . Isso , à primeir a vista , revelaria te r o emprendiment o causad o prejuízo s mesm o n o se u se - gundo período, tendo , após a said a d e Varnhage n d a su a direção, e m 1821, iniciad o su a long a decadência, passand o po r um a fas e d e mo- dernização e ativid ad e mai s intens a durant e a Regênci a d e Feijó , at é ter sid o fechada e m 189 5 (35) .

Contudo devemo s no s recorda r que e m s e tratand o d e um inves- timento de cert o vult o , a amortizaçã o do s gastos , co m a construçã o e equipamentos deveri a se r feita e m u m períod o mai s long o e qu e e m 1821 a fábric a estari a apena s n o iníci o d e sua s atividade s produtiva s

(31). — Mendonça (M. C.), *op. cit.*, pp. 154, 196-197 e 216.

Note-se ainda que: O plan o par a a construçã o d a estrad a d a Fábric a d e Ferro do Morro do Pilar à bacia do Rio Doce, pretendida por Câmara, permaneceu suspenso, aguardand o decisã o d e D. João o VI. Mendonça (M. C.), *op. cit.*, pp. 420-426.

"A fabricaçã o d e ferr o desenvolveu-se e m toda a província, graças, sobre- tudo, a o me u esforço. Fora m instalada s cerc a d e 30 fábric a s pequenas, produ- zindo cad a um a 100 a 400 arroba s anuais, o qu e constituía, portanto, enom e prejuízo para a grande fábric a" (Fábric a do Pilar). Ainda, segund o Eschewege, o mercado da província era pequeno. Minas Gerais possui a um a populaçã o d e 500 mil habitantes... se u consumo atingi a um a médi a anual d e 7.339 arroba s de ferro e 1.376 arrobas de aço. Eschewege (W. L.), *op. cit.*, pp. 440 e 442.

(32). — Ipanema estava a 2,5 léguas d e Sorocaba, send o qu e a s forja s estavam instalada s n a Montanha d e Araçoiaba, de onde era a retirad o o minério, que era encontrad o à flor da terra. Saint Hilaire (A.), *Viagem à Província de São Paulo*, Livrari a Martins, São Paulo, 1940, pp. 256-257.

(33). — Apenas três s membro s d a equip e d e Hedber g conhecia m o se u ofício e n a expressã o d e Varnhage n "servia m par a algum a coisa". Eschewege (W. L.), *op. cit.*, pp. 367-375.

(34). — Eschewege (W. L.), *op. cit.*, p. 413.

(35). — Eschewege (W. L.), *op. cit.*, p. 415; Simonson (R. C.), *História Econômica do Brasil*, pp. 448; Saint Hilaire (A.), *Viagem à Província de São Paulo*, pp. 261-262.

propriamente ditas (a primeira fusão nos altos fornos foi realizada em 1/11/1818) necessitando ainda o apoio e recurso público e/ou dos acionistas antes de atingir uma fase de crescimento e vida autossustentados (36). Além do ferro e m barra, Ipanem a fundia (produzia) canhões e suas balas e moendas para o engenho e açúcar, fabricando também machados, picaretas, enxadas e cravos para ferri animais (37). Em fins de 1811, Escheweg e iniciou a construção de sua Fábrica de Ferro (Fábrica Patriótica) na região do Prata, a oito léguas de Vila Rica e próxima de Congonhas do Campo. Essa fábrica, que contava com um capital de 4:000\$000 começou a funcionar em fins de 1812, quando no mês de dezembro foi forjado o seu primeiro ferro. Constituiu-se num empreendimento mais modesto que o dos descritos anteriormente, possuindo apenas quatro fornos pequenos, duas forjas de ferreiro, um malho e um engenho de socar, tendo produzido 8.195 arrobas de ferro num período de sete anos (1813/1820). O próprio Escheweg e argumenta ter optado por fornos pequenos devido ao fato de ter acesso a um minério de ferro de alto teor (80% a 90% de ferro) e que era gratuito, dada a construção desses fornos não exigiu muitas despesas e da pretensão bastante realista, dada a dificuldade de transportar e então os existentes, dos acionistas e apenas abastece as zonas vizinhas (38). Essa fábrica que funcionou até 1822, produziu lucros que, em 1820, atingiram a importância de 1:033\$926 (39).

(36). — Assim como no Pilar, em Ipanem procurou-se adotar processos mais modernos e em maior escala, de produção de ferro, com a utilização de altos fornos, com o podemos ver pela descrição que nos oferece Saint Hilaire: "Em resumo, as forjas de Ipanem compõem-se e (1820) de dois altos fornos, cada um com seu fole de madeira; oito refinações; dois pulverizadores de pilões; dois martinete (martelos-pilões); quatro fornos catalães; um aparelho para perfurar canhões; um arado com seu moinho; um moinho para farinha; um serrão mecânico e um enorme forno para cal, que, em fins de 1819, ainda não estava concluído. Existe mesmo o estabelecimento de 17 rodas postas em movimento pela força da água"; Saint Hilaire (A.), *Viagem a Província de São Paulo*, pp. 257 e 260.

(37). — Saint Hilaire (A.), *Viagem à Província de São Paulo*, p. 260.

(38). — Existiu uma grande diferença entre esse empreendimento (de Escheweg) e o de Câmara, na medida em que este último pretendia também resolver o problema do transporte e fim de usar "tecnologia moderna" na produção do ferro.

Os acionistas da Fábrica Patriótica estavam, apenas, submetendo-se às condições existentes, e faltava um sistema de transportes adequado, no país, como podemos ver através do texto, transcrito abaixo, de declaração de um outro fabricante de ferro e m Minas Gerais: O Capitão (Manuel José Alves Pereira, proprietário das forjas de Bom Fim) asseverava que podia fundir por dia 40 ou 50 arrobas de ferro, mas acrescentava que não encontraria saída para essa quantidade, por causa de falta de estrada e comunicações. Se fosse possível tornar navegável o Arassuaí acima de Barra Suja, as forjas de Bom Fim, já tão florescentes, tornar-se-iam extremamente produtivas; Saint Hilaire (A.), *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938, 2º vol. p. 237.

(39). — Escheweg e (W. L.), *op. cit.*, pp. 419-430.

Fora esses empreendimentos, já mencionamos a existência de pequenos estabelecimentos produzindo ferro, principalmente em Minas Gerais, que aproveitavam-se da experiência e mesmo do método e técnicas utilizados pelo empreendimento maiores, com o uso de Eschewege e do Intendente e Câmara. Fabricavam também instrumentos, como machados e machadinhas, além de ferraduras e mesmo espingardas que eram produzidas a partir de matéria-prima local, no Valão da Penha, perto de Itabira (40). Além disso, existia, na cidade de São Paulo, uma Fábrica de Armas que, possuindo cerca de 60 operários, produzia fuzis, com ferro proveniente da Fábrica de Ipanema. Essas armas, que eram de boa qualidade, ficavam um pouco mais baratas que as importadas da Europa, o que já nos parece uma vitória, principalmente tendo em vista as condições de mercado pequeno e de escassez de mão-de-obra características da época (41). A fábrica, ainda, só podia realmente contar com os operários nacionais, pois a maior parte dos seus dez mestres alemães, segundo Saint Hilaire, havia se entregado ao vício da embriaguez e já se tornara, por ocasião da sua visita, quase inútil. Entretanto, o mesmo autor conta-nos que essa manufatura de armas ainda existia em 1820, sendo mantida pela vontade firme do capitão-general e recursos da fazenda real.

Deve-se, contudo, notar que o local de instalação da fábrica não era o mais conveniente, pois devido à falta de água, os canos dos fuzis tinham que ser perfurados manualmente, indicando-nos que não se procurou uma localização adequada à fábrica, que possivelmente teria melhores condições de funcionamento junto à usina de Ipanema que na cidade de São Paulo (42).

Vemos, então, que a implantação de uma indústria de ferro moderna não teve sucesso no Brasil, o que viria afetar indústrias que o

(40). — Eschewege (W. L.), *op. cit.*, p. 342; Saint Hilaire (A.), *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938, 1º vol., pp. 238, 247, 250; 2º vol., p. 236.

(41). — Saint Hilaire (A.), *Viagem à Província de São Paulo*, p. 182; Spix (J. B.) & Martius (C. F. P.), *Viagem pelo Brasil*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938, vol. I, pp. 212-213.

(42). — "Depois da batalha de Ipanema, o governo português, querendo estabelecer em Lisboa uma fábrica de armas, de fuzis especialmente, contratou operários da manufatura real de Spandau, que então estavam desocupados. Quando D. João VI estabeleceu-se no Brasil, esses operários vieram para o país, permanecendo alguns anos no Rio de Janeiro, quase sem nada a fazer, e, por fim, foram encaminhados para São Paulo, onde, na ocasião de minha viagem encontravam-se desde três anos... " "... a o tempo da minha viagem, a mesma (a nova fábrica) se achava em plena atividade; entretanto, desde a instalação, só havia produzido 600 fuzis"; Saint Hilaire (A.), *Viagem à Província de São Paulo*, Livraria Martins, São Paulo, 1940, pp. 181-182.

utilizassem com o matéria-prima, com o pare e ter sid o cas o d a in-
dústria d e construçã o nava l j á n a quart a décad a d o século , quand o
tem início a revolução náutica . Est a teri a com o u m d o s seu s princi-
pais aspect o s a construçã o d e navio s d e ferro substituind o o s d e ma-
deira que , ale m d e tere m o se u compriment o limitad o a 6 0 metros ,
eram de manutençã o difíci l e muit o pesados , o que levou Simonsen a
dizer:

"Após 1837 , quand o s e começara m a construi r barco s d e
ferro, fora m sucessivament e se fechad o os estaleiro s que o Brasi l
possuía par a construçõe s navai s e que tant o tinha m produzid o n o
passado, acabar a a era da madeira, iniciando-se a do ferro " (43) .

Em Vila Rica , ale m d e um a fábric a d e louça , havia , demonstan-
do, um a outr a vez, a preocupaçã o d e D . João V I com problema s d e
defesa nacional, um a fábric a d e pólvora, d o Governo, que , juntamen-
te com a do Rio de Janeiro (tamb e m do Governo), consumia m o sa-
litre produzido na Província de Minas Gerais. Ness e mister, elas eram
ajudadas pelo s fabricante s clandestino s d o interior d e Minas e que fa-
ziam concorrência à fabricaçã o regi a (44) . Entretanto , cabe-no s ago-
ra trata r d e um a manufatur a que , s e devidament e protegida , poderi a
ter desencadead o u m process o d e industrializaçã o relativament e dura-
douro n o períod o que estudamos . Ta l er a o cas o d a indústri a texti l
que, devid o a o alt o valor específico d o se u produt o e d o se u relativ o
pequeno peso e volume, possui a melho r s condiçõe s par a s e desenvol-
ver num país ond e o s meio s d e transport e era m caro s e ineficientes .

Já vimos que, após s a aplicaçã o d a s medida s d o alvar á d e 1785 ,
restou n o Brasi l soment e a produçã o d e tecido s grossos , destinad o s a
vestir o s escravo s e utilizad o s e m enfiardament o e empacotament o d e
fazendas e uso s semelhant e s (45) . E m ofício de 1 2 de julho de 1788 ,
dando cont a do cumpriment o do referid o alvará , o vice-re i d o Brasi l
relata o decepcionant e resultad o da apreensã o de apena s trez e teares,
que deveria m se r remetido s à Metrópole , comprovand o a existênci a ,
em fins d o sécul o XVIII , d e produçã o de , praticament e , apena s tec-
-

(43). — Mauro (F.), *História Econômica Mundial. 1790-1970*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973, p. 200; Simonsen (R. C.), *História Econômica do Brasil*, p. 449 .

Entre 1830 e 1860, o s americano s conheceram , com o o s europeus, a revo-
lução náutic a d o sécul o XIX : generalizaçã o d o cálcul o d a longitud e com a
ajuda d o cronômetr o d e precisã o , substituiçã o d a madeir a pel o ferr o n a cons-
truçã o de navio s, substituiçã o da vela pelo vapor como fonte de energia, aument o
do tamanho e do número de navio s; Mauro (F.), *op. cit.*, p. 187 .

(44). — Saint Hilaire (A.), *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas*, 1º vol., p. 140 ; 2º vol. pp. 17 , 260 e 261 .

(45). — Alvar á d e 5-1-1785 .

dos grossos no país e que a fabricação de tecidos finos estaria, ainda, na ocasião da proibição, em fase inicial de implantação (46).

A atenção o dispensada a esse setor pela política de D. João VI foi excessivamente tímida e praticamente ocorreu só a partir de 1815, ano em que a Junta de Comércio encomendou, em Lisboa, uma máquina de fiar, que chegou alguns meses depois.

Entretanto, a implantação de uma fábrica integrada, pelo Governo, só ocorreu em 1819, com o estabelecimento de uma fiação e tecelagem junto à Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, numa chácara que, em 1822, seria mandada avaliar, juntamente com as máquinas da fábrica, para venda em hasta pública (47). Em todo o país existiam no período 1808/1820, podendo ser citadas com o pertencentes à incipiente indústria têxtil brasileira, quatro fábricas de galões de algodão e seda, fundadas em 1812 e 1813; uma fábrica de estamparia fundada em 1820; uma fiação e tecelagem em São Paulo, montada em 1813 sob os auspícios da Real Junta de Comércio e trabalhando até 1820; grande produção artesanal e doméstica de tecidos de algodão e lã em Minas Gerais. Existiam também as fábricas de Vila Rica, montada em 1815, com um capital de 4:800\$000, e de Registro que trabalhavam lã e algodão, além de fornecer fardamentos para o corpo de polícia do Rio de Janeiro. A Capitania de Minas Gerais, em 1818, "exportou" 1.242.343 varas de tecidos de algodão, e em sua maioria oriundas daquela s duas fábricas, enquanto que, também, o Espírito Santo contribuía, com tecidos grossos de algodão, para o abastecimento do Rio de Janeiro e, no Maranhão, existiam cerca de 230 teares de algodão (48).

Porem, a produção não conseguiu a se desenvolver satisfatoriamente, a princípio, devido à penetração de tecidos de algodão da Índia, em cujo comércio os portugueses estavam altamente interessados e que, devido ao seu baixo preço, deslocavam os próprios tecidos ingleses. Isso dava origem a uma compartimentação do mercado em três setores, de maneira que, somente a Corte e a alta classe podia consumir os tecidos ingleses, devido ao seu alto preço, enquanto o resto do povo livre consumia tecidos da Índia e os tecidos nacionais seriam utilizados para embalagem e para vestir os escravos. Tanto os comerciantes como os agricultores que pretendiam manter suas exportações

(46). — Novais (F. A.), *A Proibição das Manufaturas no Brasil e a Política Econômica Portuguesa do fim do Século XVIII*, "Revista de História", nº 67, julho-setembro de 1966, p. 162.

(47). — Luz (N. V.), *A Política de D. João VI e a Primeira Tentativa de Industrialização do Brasil*, "Anais do III Simpósio dos Professores Universitários de História", São Paulo, 1967, pp. 493-494.

(48). — Lima (H. F.), *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*, pp. 166-167.

de algodão para a Inglaterra estavam de acordo e mantiver esse estado de coisas, e em prejuízo, naturalmente, da produção nacional de tecidos (49). Essa situação iria sofrer relativa mudança após 1815, com o declínio no comércio de tecidos indianos, possibilitando, contudo, apenas a tímida iniciativa tomada pelo governo de D. João VI, examinadas acima (50). Esses tecidos de algodão indiano, que eram importados e estavam na moda durante os séculos XVII e XVIII na Inglaterra e Europa, graças à revolução industrial, acabaram por ser eliminados do mercado pela produção têxtil inglesa, num processo que se acelerou após o término das guerras napoleônicas e o retorno daquele país à economia de paz e à intensificação de seu comércio com a Ásia. Em 1857, quando foi suprimida a Companhia das Índias, o artesanato indiano morreu definitivamente e a exportação inglesa de tecidos de algodão para a Índia crescera em de praticamente zero em 1800 para um média anual de £ 4.300.000 no período 1851 / 55 (51).

Uma vez eliminado o concorrente indiano, o seu lugar foi preenchido pelo tecido inglês que, graças ao tratado de 1810, gozava em condições excepcionalmente favoráveis para penetrar no mercado brasileiro. Dessa maneira, a ausência de mercado protegido e de incentivos coerentes e significativos à produção não permitiu o desenvolvimento dessa indústria nas quatro primeiras décadas do século XIX. Verificou-se que mesmo aquelas tímidas iniciativas do Governo de D. João não subsistiriam ao término de sua estada no país e a supressão de privilégios, devido à maior penetração da doutrina do livre comércio e do tratado, assinado com a Inglaterra em 1810, que seria mantido para a nova nação independente através do tratado de 1827 (52).

Por outro lado, procurou o "Governo Português no Brasil" desenvolver a agricultura, sempre tendo em vista, antes, as possibilidades de exportação que o desenvolvimento interno. Assim procurou-se desenvolver a cultura da moscadeira, da canforeira, do abacate, do cravo, da canela e do chá, e mesmo culturas como a vinha, amoreira e

(49). — Luz (N. V.), *A Política de D. João VI e a Primeira Tentativa de Industrialização do Brasil*, pp. 494-497.

(50). — O comércio de tecidos indiano envolvia interesses dos comerciantes e das indústrias de tinturaria e estampania no Brasil e principalmente Portugal. Apenas parte dos tecidos eram consumidos na América Portuguesa, sendo parte reexportada para outras nações e domínios africanos; Luz (N. V.), *A Política de D. João VI e a Primeira Tentativa de Industrialização do Brasil*, p. 496.

(51). — Clough (S. B.) e Cole (C. W.), *Economic History of Europe*, D. C. Heath and Company, Boston, 1946, pp. 262-264; 400-464; Mauro (F.), *História Econômica Mundial*, 1790-1970, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973, pp. 128-129.

(52). — Manchester (A. K.), *Preeminência Inglesa no Brasil*, Editor a Brasiliense, São Paulo, 1973, pp. 182-183.

oliveira, antes proibidas para não prejudicar as da Metrópole. O café, que havia sido introduzido no Pará em 1727 e alcançado a capitania do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII passa a ser promovido pelo próprio Príncipe Regente e fidalgos da Corte, que estimulavam seu uso e plantio (53). Além disso procurou-se, também, desenvolver, embora timidamente, o sistema de transporte. Entretanto, a nota de destaque, e permanente, em quase todas as medidas adotadas pelo Governo foi o desenvolvimento de atividades de exportação de produtos coloniais ou auxiliares desta. O pensamento econômico está voltado para a formação e crescimento de uma economia comerciante e exportadora de produtos primários (54). A atividade industrial fora imprimeada na medida em que e pudesse suprir certas necessidades de defesa militar, dando, ao Governo, maior liberdade de manobra. Ora com a volta da sede do Governo para Lisboa, essas necessidades diminuem, decorrendo daí o abandono de atividades e/ou do auxílio e estímulo que elas recebiam. Ocorre, então, a decadência e abandono das fábricas de ferro, de armas e manufaturas de um modo geral.

Todavia, devemos ainda nos lembrar que Portugal, e portanto também a sua maior e mais rica colônia, estava ligada à Inglaterra, sendo a sua economia subsidiária daquela, o que, em linguagem moderna, quer dizer, que Portugal era uma nação dependente e sua economia, em grande parte, controlada pelo inglês (54). Essa situa-

(53). — Lima (H. F.), *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1970, pp. 131, 174; Simonson (R. C.), *Evolução Industrial do Brasil e outros Estudos*, Companhia Editora Nacional/EDUSP, São Paulo, 1973, pp. 176-177.

(54). — Essa política é apoiada pelos comerciantes portugueses que viviam o comércio de tecidos com a Ásia e pelos agricultores brasileiros beneficiados pela conjuntura internacional que favorecia os produtos tropicais de exportação. Ver Luz (N. V.), *A Política de D. João VI e a Primeira Tentativa de Industrialização no Brasil*, in "Anais III Simposio dos Professores Universitários de História", Franca, São Paulo, 1967, pp. 496-497.

(54). — Pelos tratados de 1642, 1654 e 1661, a Inglaterra garantiu a sua posição privilegiada no comércio português. Mais tarde, pelo Tratado de Methuen (1703), Portugal ligou-se mais firmemente a esse país, que teria na primeira década do século XVIII, praticamente se apoderado do comércio de Portugal. O Marquês de Pombal procurou reduzir essa dependência, tentando inclusive recuperar o comércio de vinho das mãos dos ingleses e desenvolver a produção agrícola e manufatureira do país nos anos 1750-1777, reduzindo inclusive o comércio com a Inglaterra. Entretanto, em 1772, apenas a Rússia, o Estado Unidos e a Itália vendiam mais mercadorias para a Inglaterra do que Portugal em 1793. O fechamento do mercado francês à Grã-Bretanha provocou um aumento nas transações comerciais entre Londres e Lisboa. A Inglaterra, em guerra com a França, reaproximou-se de seu antigo aliado, voltando a inibir o seu desenvolvimento com a sua hegemonia e controle do comércio, para, a partir da última década do século XVIII, usufruir do algodão e das provisões do Brasil, agora mais importantes que a provisão de vinho do tratado de Me-

ção teria que ser transplantada para a Colônia por ocasião da transferência da sede do Governo, explicitando-se, em sua forma jurídica, no Tratado de 1810. Ess e tratado, que e deveri a ser perpétuo, sancionava a supremacia britânica sobre o Império Português e particularmente sobre a sua região mais rica. El e permitiu aos ingleses obterem ou recuperarem e estenderem para o Brasil, vantagens (já perdidas na prática pela ação de Pombal) com o o juízo privativo. também obtiveram tarifas de importação no Brasil (15% *ad valorem*) inferiores às que pagavam os produtos de outras nações (24%) e mesmo aquelas pagas pelas próprias mercadorias portuguesas (16%). A o mesmo tempo conseguiram os ingleses que os produtos brasileiros, concorrentes com os de suas colônias, pudessem entrar nos Domínios Britânicos apenas para serem reexportados. Dessa maneira, esse s esperto s negociantes conseguia m eliminar um possível concorrente e m seus mercados internos, ao mesmo tempo que participavam do ganho da reexportação, recebendo, além dos direitos e despesas de reexportação e taxa de armazenagem, muito provavelmente taxas de transporte e até o porto britânico e dest e par a o port o estrangeir o importador. A recíproca liberdade de comércio e navegação estabelecida no tratado o iri a realmente beneficiar o país que e tivess e comércio o e marinh a mai s desenvolvidos, isto é, a Inglaterra, pois dificilmente um comerciante português conseguiria s e estabelece r ness e país. Po r outr o lado, a decadente marinh a portuguesa nunc a poderi a competi r com a britânica. Contudo devemos nos recordar que, de maneira geral, os produtos coloniais do Império Britânico tinha m o seu mercado natural nas suas ilhas europeias, constituindo o s produto s industrializado s aquele s que os ingleses estava m interessado s e m vender n o Brasil e outro s domínios portugueses. Além disso, a Inglaterra conseguiu, se m nada conceder e m troca, portos livres e m Santa Catarina (qu e serviria de entreposto para o comércio da região do Rio da Prata) e em Goa, permitindo somente a comercialização e m seus territórios de mercadorias que não era m produzidas e m seu Império, com o por exemplo, o algodão e o vinho (55).

Dessa maneira a Grã-Bretanha eliminou a possibilidade de outra nação, como o s Estados Unidos da América, por exemplo, de penetrarem no mercado brasileiro (56). Garanti a a venda de suas merca-

thuen. Por outro lado, essa Colônia da América do Sul possui a um mercado considerado pelos ingleses, mais importante que o português, na segunda metade do século XVIII. Ver Manchester (A. K.), *Preeminência Inglesa no Brasil*, Editora Brasiliense, pp. 37, 48, 49, 53, 59, 60 e 61.

(55). — O Tratado de 1810 com a Inglaterra, Carta de Lei de 26-2-1810, artigos II a VII; X; XV; XVI; XX a XXIII; XXXII. In Pinto de Aguiar, *A Abertura dos Portos do Brasil*; Livraria Progresso Editora, Salvador, 1960, pp. 131-155. Simonsen, (R. C.), *História Econômica do Brasil*, pp. 396 e 402.

(56). — "Finalmente o regime exclusivo outorgado à s manufatura s d a Grã-Bretanha arredava a a contingência d e s e entabularem outra s ligações mer-

dorias que eram transportadas em navios ingleses e vendidas no Brasil por comerciantes da mesma nacionalidade, o que significava que esse mercado, pelo menos até o momento em a vantagem da tarifa reduziu aquela nação tornou-se senhora de maneira absoluta e ascendente deszida (15%) foi estendida a outros países que, juntamente com aquela que entretanto manteve a sua hegemonia durante todo o século XIX, iriam partilhar o mercado consumidor brasileiro (57).

Esse tratado impedia a adoção de medidas protetoras de uma industrialização nascente através do aumento da tarifa e portanto de um encarecimento do produto similar estrangeiro e consolidava o domínio e controle inglês sobre o comércio brasileiro de importação e exportação e mesmo varejista. Ele, portanto, tirava liberdade de manobra do Governo local para adotar uma política econômica autônoma, também limitava a própria renda do Governo, criando-lhe problemas financeiros praticamente insolúveis e forçando-o a recorrer a empréstimos externos, uma vez que, a fonte principal de sua receita, era constituída de impostos, sobre importações, arrecadados.

Naturalmente a desvalorização externa da moeda, isto é, o aumento da taxa de câmbio, provocando um aumento dos preços dos produtos importados concedia certa proteção à produção nacional. Contudo, esse aumento atingia da mesma forma todos os produtos importados, equipamentos, matérias-primas e bens de consumo direto, não permitindo uma discriminação em favor daqueles produtos cuja proteção fosse necessária (58).

Por outro lado a simples alteração do valor externo da moeda nacional, além de encarecer indiscriminadamente todos os produtos importados, implicava em aumento da renda dos exportadores, que eram estrangeiros, e produtores de mercadorias de exportação. Aumentava ou se mantinha, portanto, a capacidade de importar e de consumo das classes de maior renda, enquanto que aquelas de menor renda tinham que reduzir seu consumo. Isso naturalmente significaria uma aceleração do processo de concentração da renda, que iria se traduzir, dentro de um mercado mais restrito, num aumento do consumo

cantista, com o Estado Unidos, por exemplo, cuja indústria entravam, por esse tempo, a florescer e, por ventura, estariam no caso de alimentar o mercado brasileiro com alguns artigos mais e mais conta ou mais apropriados à sua existência"; Simonsen (R. C.), *História Econômica do Brasil*, p. 401.

(57). — "Só em 1826 foi estendida à França e, em 1828, à outras nações, a igualdade de direito de pagamento (tarifa 15%) pela importação de inglesas"; Simonsen (R. C.), *História Econômica do Brasil*, p. 403.

(58). — Ver Furtado (C.), *Formação Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1974, pp. 93-98; Luz (N. V.), *A Política de D. João Vea Primeira Tentativa de Industrialização no Brasil*, in "Anais do II I Simpósio dos Professores Universitários de História", (Franca), São Paulo, 1967, p. 488.

de mercadorias de luxo. Criava-se, portanto, uma situação que, em termos de desenvolvimento econômico, seria negativa, dada a necessidade de um mercado amplo, permitindo a produção em grande escala de bens de uso comuns, que esse processo requer.

Naturalmente, hoje poderíamos pensar na possibilidade de adoção de taxas de câmbio diferenciadas em diversas "categorias de câmbio" (59). Contudo, na época, isso parece-nos não ter sido possível (nem o inglês permitiria o seu uso), pois desconhecia-se essa noção e a própria doutrina econômica liberal, através de um processo de difusão de ideologia, aliada ao comércio do país, dominado por mercadores ingleses, tratava de impossibilitar a visualização clara e racional do problema. Isso quer dizer, que a difusão da ideologia liberal e controle do comércio brasileiro pelo inglês colocava o país numa situação de dependência econômica e, portanto, de subordinação aos interesses da economia dominante, isto é, da Inglaterra.

Além do "Tratado de Comércio e Navegação", também foi assinado um de "Amizade e Aliança", onde o Governo Português se comprometia a permitir aos ingleses, a compra e corte de madeira nas florestas do Brasil e a abastecer frota inglesa que viesse em seu socorro, proibindo o estabelecimento da Inquisição na América Portuguesa e concordava com a abolição gradual do tráfico de escravos (60).

Nesses como em outros tratados, a grande mercadoria que a Grã-Bretanha oferecia em troca de tantos favores era ainda a proteção ao Reino de Portugal e à Dinastia de Bragança.

Vemos então que D. João VI, vindo para o Brasil, assumiu a direção e responsabilidade, e em alguns casos, ampliando-as, de mudanças que já vinham se realizando e/ou estavam prestes a se desenvolver com maior envergadura. Entretanto, a sua política dúbia, fraca e limitada (a problema imediato de defesa) faz com que essa iniciativa não prospere na medida em que deixa predominar mais os interesses dos agricultores, comerciantes e ingleses (61).

(59). — "A única alternativa a esse imposto era a taxar as exportações, o que numa economia escravista significava cortar os lucros da classe de senhores da grande agricultura". (Contudo) "Foi introduzido um imposto de 8% a valor em às exportações, na etapa de maiores dificuldades fiscais"; Furtado (C), *Formação Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1974, p. 96.

(60). — Simonsen (R. C.), *História Econômica do Brasil*, pp. 397-398.

(61). — O próprio D. João VI traça os limites de sua ação aos problemas de formação de uma infra-estrutura para sustentar temporariamente a nova sede do Governo Português e de defesa nacional, com o podemos ver no trecho do seu manifesto de 7 de março de 1810, sobre o Tratado de Comércio com a Grã-Bretanha: "Obrigado pelas imperiosas circunstâncias de que e infelizmente guardarei por longo tempo a mais triste lembrança, a separar-me por algum tempo de vós, e a transportar a sede do Império temporariamente e para

Faltou-lhe a visão ou a coragem e/ou condições de enfrentar a nova realidade com que se defrontava, isto é, que na América poderia construir um a nação forte e sem a preocupação de defesa militar que tant o afetava m o se u território europeu (62) .

As condições favoráveis à economia brasileira de exportação, propiciadas pela guerra, cessam em torno de 1815 . Por outro lado, as atividades manufatureiras estabelecidas, pelo Príncipe, começam a definir pela falta de mercado e ajuda do Governo, já nos seus últimos anos de residência no Brasil, vindo a desaparecer ou ter uma existência intermitente e vegetativa após a sua partida, deixando como herança nefasta e inibidora o "domínio" inglês para aqui transplantado juntamente com a chegada da Família Real, reconhecido e aumentado com a assinatura do Tratado de 1810 .

* *
*

BENEDICTO HELOI Z NASCIMENTO . — Nasceu em Jacaré, São Paulo . Economista formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, tendo obtido, na sua Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

outra parte dos meus domínios, enquanto não há meio de parar a torrente devastadora da mais ilimitada ambição, foi necessário procurar elevar a prosperidade daquela parte do Império livre da opressão, a fim de achar não só os meios de satisfazer aquela parte dos meus vassallos, onde vim estabelecer-me, mas ainda, para que eles pudessem concorrer à despesa necessária para sustentar o lustre e esplendor do trono, e para assegurar a sua defesa contra a invasão de um poderoso inimigo . Para esse fim, e para criar um Império nascente, fui servido adotar os princípios mais demonstrados e sã economia política, quais o da liberdade e franqueza do comércio, o da diminuição dos direitos das Alfândegas, unidos aos princípios mais liberais, e de maneira que, promovendo-se o comércio, pudessem os cultivadores do Brasil achar o melhor consumo para os seus produtos, e que daí resultasse o maior adiantamento na geral cultura, e povoação deste vasto território do Brasil, que é o essencial modo de o fazer prosperar, e de muito superior ao sistema restrito e mercantil, pouco aplicável a um país onde mal pode cultivar-se e por ora as manufaturas, exceto as mais grosseiras, e as que seguram a navegação e a defesa do Estado". Transcrito de Pinto de Aguiar, *A abertura dos Portos do Brasil*, Livraria Progresso Editora, Salvador, 1960, pp. 163-164. —

(62). — "Depois pela sua situação geográfica, distância do centro e de intrigas políticas, magnitude territorial, dispersão dos núcleos de povoação, não era o Brasil um país que tivesse de recear pela sua independência, tanto quanto acontecia com Portugal, sempre ameaçado e absorção pela vizinha Espanha: daí, a desnecessidade de fazer favoráveis comerciais e político-motivo" ; Simonsen (R. C) , *História Econômica do Brasil*, p. 401 .

o grau de Doutor em Ciências (História). Foi pesquisador do Instituto de Administração da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, transferindo-se posteriormente para o Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas onde é professor. Publicou artigos: "Política de Implantação da Indústria Automobilística na América Latina" e "Desenvolvimento Econômico: problemas conceituais e regionais".